

# NOTÍCIAS CNTV



**Boletim Eletrônico**

**Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 06/09/2013 - Edição 893**

## **Sindvalores/Ce garante na justiça que empresa não interfira nas ações do Sindicato**

A Corpvs – Corpo de Vigilantes Particulares – não pode mais intervir nas ações do Sindvalores/Ce sob pena de multa de R\$5 mil e R\$300 por trabalhador prejudicado. Essa foi a decisão do Juiz do Trabalho Francisco Antônio da Silva Fortuna, titular da 7ª Vara do Trabalho de Fortaleza (Ce). A ação, movida pelo Sindvalores, se deu pelas práticas antissindicais da empresa, como ameaças de demissão caso seus empregados não se deixasse de ser filiado ao Sindvalores.

Segundo o presidente da entidade, Wellington Nascimento de

Oliveira, os supervisores da Corpvs criaram uma carta padrão e a entregavam para que os funcionários da empresa assinassem. Assim se dava início ao cancelamento da filiação ao Sindicato. Em resposta, há um ano, o Sindvalores moveu ação contra a empresa.

Segundo o acordo judicial a empresa não pode intervir, direta ou indiretamente, nas atividades sindicais, respeitando os princípios inerentes à atuação do Sindvalores na defesa dos interesses de seus representados; deverá abster-se da prática de atos de discriminação em

razão da opção dos trabalhadores em filiar-se, permanecer filiado, ou não filiar-se à entidade.

“Esse foi um exemplo da força da entidade e dos trabalhadores. Esse acordo serve também para mostrar a todos os sindicatos do país que passam por essa situação. Não é só em Fortaleza, mas todo o movimento sindical brasileiro vem enfrentando problemas desse tipo. É hora de dar um basta. Não podemos ficar calados, pois quem paga o pato são os funcionários”, declarou Wellington.

*Fonte: CNTV*

## **Svnit convoca vigilantes da empresa Centauro para assembleia**

O Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Maricá/RJ (SVNIT), Cláudio Vigilante, convoca todos os Vigilantes da Empresa de Segurança Centauro, para comparecer às assembleias que serão realizadas na Sede do Sindicato, sito à Rua Marques de Paraná, 143, Centro de Niterói (em frente ao Corpo de Bombeiros), nos dias 09, 10, 11 e 12 de setembro de 2013, às 10h para todos os vigilantes. As assembleias serão objetivas e rápidas.

O objetivo é apresentar para todos os Vigilantes o que a direção SVNIT pretende fazer em defesa dos vigilantes da Empresa de Segurança Centauro, principalmente com relação ao pagamento dos feriados, conforme a Súmula 444, e as multas pelo atraso no pagamento que deve ser revertida para os trabalhadores.

O Sindicato vem recebendo algumas denúncias sobre irregularidades cometidas pela empresa, o que justifica a convocação e subsequente a presença dos vigilantes

nas assembleias.

Os encontros serão realizados em quatro dias alternativos para permitir a participação de todos os empregados, que trabalham em escala 12x36. O Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões faz sua parte para garantir os direitos da categoria e, por isso, espera uma participação massiva dos vigilantes. As assembleias são abertas a associados ou não ao Sindicato. Todos receberão o mesmo apoio da entidade.

*Fonte: Svnit*

# **Svnit solicita audiência com Ministério do Trabalho para buscar soluções para empregados da Facility**

A diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Marica/RJ, comunica a todos os Vigilantes da Empresa Facility que já foi solicitada uma audiência no Ministério do Trabalho de Niterói com a empresa para tratar do pagamento da multa pelo atraso dos pagamentos

que deverá ser revertida para os trabalhadores.

O Sindicato pede aos vigilantes que informem à entidade caso tenham recebido os salários de março, abril, maio e junho de 2013 atrasados. As denúncias podem ser feitas pelo site do Sindicato [www.svnit.org](http://www.svnit.org) ou pelo telefone (21) 3607-3070 com

detalhamento das informações como datas dos pagamentos etc.

O SVNIT demonstra, mais uma vez, que está ao lado do trabalhador para exigir seus direitos. Para que esse trabalho aumento é importante a participação da categoria e o fortalecimento da entidade.

*Fonte: Svnit*

## **Polícia Federal marca 98ª reunião da CCASP para dia 1º de outubro**

A Polícia Federal marcou para o próximo dia 1º de outubro, às 9 horas, a 98ª reunião da Comissão Consultiva para Assuntos da Segurança Privada (CCASP), em Brasília. Estarão em julgamento processos movidos contra bancos, empresas de vigilância e transporte de valores, e centros de formação de vigilantes, em razão do descumprimento da lei federal nº 7.102/83 e das normas de segurança.

Essa será a terceira reunião em 2013 e será presidida pela coordenadora da CCASP, delegada Silvana Helena Vieira Borges.

A CCASP é um fórum que conta com a participação do governo, bancários, representados pela Contraf-CUT, vigilantes e entidades pa-

tronais, como a Febraban.

Os processos contra bancos são abertos pelas delegacias estaduais da Polícia Federal (Delesp) a partir da fiscalização anual do plano de segurança dos estabelecimentos e das denúncias de irregularidades que podem ser também encaminhadas pelas entidades sindicais.

"Orientamos mais uma vez os sindicatos e as federações a verificar se a legislação federal de segurança está sendo cumprida nas agências e postos de atendimento bancário. Caso negativo, as entidades devem encaminhar denúncias por escrito para a Delesp mais próxima, pedindo fiscalização para que as normas de segurança sejam respeitadas, como forma de proteger a vida de

trabalhadores e clientes", reafirma o secretário de imprensa da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, Ademir Wiederkehr.

### **Reunião do Coletivo Nacional**

Na véspera, no dia 30 de setembro, às 14 horas, a Contraf-CUT realiza uma reunião do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, nas dependências do Sindicato dos Bancários de Brasília.

"Vamos analisar os processos e definir o posicionamento dos bancários, além de discutir outros assuntos envolvendo segurança nos bancos", destaca Ademir.

*Fonte: Contraf-CUT*

## **Terceirizado ganha 27% menos, tem jornada maior e sofre mais no trabalho**

A terceirização ampla, geral e irrestrita, conforme preconiza o Projeto de Lei 4.330/2004, de autoria de Sandro Mabel (PMDB/GO), que está em discussão na Câmara dos Deputados, é uma destas normas jurídicas que têm ação semelhante a uma bomba de hidrogênio: mantém os prédios em pé, mas

acaba com a vida das pessoas.

De acordo com estudo da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), o trabalhador terceirizado fica 2,6 anos a menos no emprego, tem jornada semanal de três horas a mais e ganha 27%

a menos. Além disso, a cada dez acidentes de trabalho, oito ocorrem entre terceirizados.

O componente mortal do PL 4.330 está em permitir que as empresas terceirizem os trabalhadores que atuam em sua atividade-fim. Por exemplo, um banco tem por atividade-fim guardar dinheiro, re-

alizer operações financeiras e orientar seus clientes quanto a investimentos.

No cenário da nova norma, as instituições ganham a opção de fazer com que caixas e gerentes deixem de ser funcionários diretos e passem a ser terceirizados. Ou seja, o banco poderá contratar uma outra firma para atender os seus clientes. Essa empresa pode ter vários funcionários (como são as de segurança ou limpeza) ou de ser uma empresa de uma só pessoa, que será contratada como PJ (Pessoa Jurídica).

Para o cliente pode não mudar muito, mas para o funcionário significa ficar sem todos os seus direitos trabalhistas. Lá se vão FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), auxílios-doença e acidente do trabalho, licença-maternidade, vale-transporte, vale-refeição, férias e 13º salário. E também os reajustes e melhorias de condições de trabalho, uma vez que os próprios sindicalistas preveem que num cenário como este sua força será atomizada.

Hoje, em vários setores, a pejotização já predomina. Ao longo da década de 1990, muitas empresas demitiram funcionários que tinham salários mais altos e os recontrataram como PJ. Ao fim da relação de trabalho, a pessoa entrava com ação

de reconhecimento de vínculo empregatício e recuperava os direitos e valores perdidos com a manobra patronal. Se o PL 4.330 passar, não haverá essa oportunidade. A perda dos direitos trabalhistas garantidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) estará institucionalizada.

### *Purgatório*

De acordo com estudo realizado pelo Sindeprestem (Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros) de São Paulo, o setor de terceirizadas (que atuam em segmentos específicos - regulados pela Súmula 331 do TST - Tribunal Superior do Trabalho) emprega 10,5 milhões de pessoas, o que equivale a 31% dos 33,9 milhões de brasileiros com carteira assinada, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

### *Mobilização dos trabalhadores*

A militância das centrais sindicais conseguiu na manhã de ontem que o assunto não fosse votado na CCJC. o texto deixa a CCCJ e será discutido pelos 513 deputados federais.

### *Prestadoras de serviços têm 22% das sentenças não quitadas no TST*

As empresas de prestação de

serviços, conhecidas como terceirizadas, representam 22 das 100 empresas que possuem mais processos julgados, vencidos pelo funcionário e não quitados por elas nos tribunais trabalhistas brasileiros. Esse é o resultado de um levantamento feito pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho) e divulgado na semana passada.

Entre as 20 primeiras empresas da lista, cinco pertencem ao setor de terceirização de mão de obra, vigilância, conservação e limpeza, e somam 9.297 processos. No ranking, a Sena Segurança Inteligente Ltda está em 2º lugar, atrás apenas da Vasp.

Durante o evento A Precarização do Trabalho nos 70 anos da CLT, realizado em maio pela Câmara Legislativa Federal, a ministra Kátia Arruda, do TST, explicou os problemas da terceirização e citou um exemplo: "Na Petrobras são 295 mil terceirizados e 76 mil diretos, mas os acidentes do trabalho alcançam principalmente os terceirizados."

O ministro do TST Maurício Godinho Delgado afirmou em seminário na CNI (Confederação Nacional da Indústria) que a terceirização descontrolada preocupa. "Isso vai rebaixar a renda em índices alarmantes no País."

*Fonte: Diário do Grande ABC*

## **Bancários rejeitam proposta dos bancos e marcam calendário com greve para dia 19**

Nada de aumento real de salário. Nada de aumento real sobre os pisos. Nada de melhoria da PLR. Nada sobre emprego. Nada de avanços para a saúde dos trabalhadores. Nada de melhorar as condições de trabalho. Nada que aponte para o fim das metas abusivas e do assédio moral. Nada para melhorar a segurança bancária. E nada para promover a igualdade de oportunidades.

A proposta apresentada nesta quin-

ta-feira 5 pela Fenaban ao Comando Nacional dos Bancários, coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), é de apenas reajuste de 6,1% (reposição da inflação prevista) sobre os salários, os pisos, a PLR e demais verbas de caráter salarial.

Indagados pelos representantes dos bancários se essa era a última proposta, os negociadores da Fenaban responderam que "é a proposta final,

pra fechar acordo", e que não há mais como avançar porque a categoria bancária já tem a melhor Convenção Coletiva do país.

O Comando Nacional rejeitou a proposta já na mesa de negociação e aprovou um calendário de luta que aponta para a realização de assembleias na próxima quinta-feira, dia 12, em todo país para aprovar greve a partir do dia 19, se até lá os bancos não apresentarem uma nova proposta

que contemple as expectativas da categoria.

"A proposta dos bancos é uma provocação, um total desrespeito aos bancários, partindo de um segmento que continua batendo recordes de lucro e de rentabilidade", critica Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional. "A proposta não tem aumento real, nem valorização do piso e nenhuma resposta para nossas reivindicações sobre emprego, saúde e condições de trabalho, segurança e igualdade de oportunidades. Isso é inadmissível."

"Só uma forte mobilização da categoria em todo o país fará os bancos melhorarem a proposta", acrescenta Carlos Cordeiro.

### Calendário de luta

Por isso o Comando Nacional, reunido ao final da reunião com a Fenaban, aprovou o seguinte calendário de luta:

12 de setembro - Assembleias em todo o país para rejeitar a proposta e decretar greve por tempo indeterminado a partir do dia 19.

17 - Todos a Brasília para pressionar os deputados federais durante a audiência pública sobre o PL 4330 no plenário da Câmara.

18 - Assembleia organizativa para encaminhar a greve.

19 - Deflagração da greve nacional dos bancários por tempo indeterminado.

### A proposta da Fenaban

Reajuste - 6,1% (previsão de inflação pelo INPC) sobre salários, pisos e todas as verbas salariais (auxílio-refeição, cesta-alimentação, auxílio-creche/babá etc.)

PLR - 90% do salário mais valor fixo de R\$ 1.633,94, limitado a R\$ 8.927,61 (o que significa reajuste de 6,1% sobre os valores da PLR do ano passado).

Parcela adicional da PLR - 2% do lucro líquido dividido linearmente a todos os bancários, limitado a R\$ 3.267,88.

Adiantamento emergencial - Não devolução do adiantamento emergencial de salário para os afastados que recebem alta do INSS e são considerados inaptos pelo médico do trabalho em caso de recurso administrativo não aceito pelo INSS

Prevenção de conflitos no ambiente de trabalho - Redução do prazo de 60 para 45 dias para resposta dos bancos às denúncias encaminhadas pelos sindicatos, além de reunião específica com a Fenaban para discutir aprimoramento do programa de programa.

Adoecimento de bancários - Constituição de grupo de trabalho, com nível político e técnico, para analisar as causas dos afastamentos.

Inovações tecnológicas - Realização, em data a ser definida, de um Seminário sobre Tendências da Tecnologia no Cenário Bancário Mundial.

### As reivindicações dos bancários e cut

> Reajuste salarial de 11,93% (5% de aumento real mais inflação projetada de 6,6%)

> PLR: três salários mais R\$ 5.553,15.

> Piso: R\$ 2.860,21 (salário mínimo do Dieese).

> Auxílios alimentação, refeição, 13ª cesta e auxílio-creche/babá: R\$ 678 ao mês para cada (salário mínimo nacional).

> Melhores condições de trabalho, com o fim das metas abusivas e do assédio moral que adocece os bancários.

> Emprego: fim das demissões, mais contratações, aumento da inclusão bancária, combate às terceirizações, especialmente ao PL 4330 que precariza as condições de trabalho, além da aprovação da Convenção 158 da OIT, que proíbe as dispensas imotivadas.

> Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para todos os bancários.

> Auxílio-educação: pagamento para graduação e pós-graduação.

> Prevenção contra assaltos e seqüestros, com o fim da guarda das chaves de cofres e agências por bancários.

> Igualdade de oportunidades para bancários e bancárias, com a contratação de pelo menos 20% de negros e negras

Fonte: Contraf-CUT

## Sistema Homolognet será obrigatório em cidades da Bahia a partir de outubro

Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (3) a Portaria nº 183, que prevê a obrigatoriedade do Sistema Homolognet a partir do dia 14 de outubro deste ano nas seguintes unidades de Atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego na Bahia: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado da

Bahia, Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Camaçari e Agência Regional do Trabalho e Emprego de Lauro de Freitas.

Já em 18 de novembro também será obrigatório na Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Barreiras; Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Feira de Santana; Gerência

Regional do Trabalho e Emprego em Ilhéus; Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Juazeiro; Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Teixeira de Freitas; Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Vitória da Conquista e Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Eunápolis.

Fonte: CNTV